

# Sumário

<b>Prefácio .....</b>	<b>1</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>3</b>
<b>1 Garantismo Penal e Investigação Criminal Defensiva: o Direito de Defesa em Paridade de Armas para o Justo Processo .....</b>	<b>9</b>
1.1 O Garantismo Penal com modelo para a paridade de armas.....	9
1.1.1 O direito de defesa e o direito de não impunidade na teoria do Garantismo Penal .....	13
1.1.2 Críticas ao Garantismo Penal à luz da doutrina brasileira.....	19
1.2 Garantismo Penal e texto normativo: a construção do princípio da paridade de armas no processo penal .....	21
1.2.1 A cláusula de abertura constitucional que permite a extração de princípios implícitos .....	25
1.3 Princípio da paridade de armas no processo penal: conceito e fonte para concretização ao direito de defesa na persecução penal.....	30
1.3.1 A aplicação do princípio da paridade de armas pela jurisprudência .....	35
1.4 O princípio de não produzir provas contra si mesmo pela perspectiva da paridade de armas na persecução penal.....	37
1.5 A investigação criminal pelo Ministério Público por autoridade própria .....	45
1.6 O justo processo penal em paridade de armas .....	50
<b>2 Investigação Criminal Defensiva: o Contraditório e a Ampla Defesa no Inquérito Policial como Direito Fundamental à Produção da Prova.....</b>	<b>55</b>
2.1 Inquérito policial: a influência das políticas de Estado na sua conceituação .....	55

2.1.1 O surgimento do inquérito policial no sistema processual brasileiro .....	58
2.1.2 Sistemas de polícias na persecução penal: modelo inglês e francês.....	62
2.2 Breves fontes históricas em torno do Código de Processo Penal de 1941 e seus reflexos sobre o inquérito policial .....	65
2.2.1 Os influxos autoritários do Estado Novo sobre o Inquérito Policial.....	68
2.2.2 As características do inquérito policial na visão da doutrina processual penal clássica que inviabilizam a investigação criminal defensiva.....	70
2.3 Perspectiva de futuro do inquérito policial: contraditório e investigação criminal defensiva.....	73
2.3.1 A investigação criminal defensiva como direito à prova: nova perspectiva do inquérito policial .....	75
2.3.2 Reflexos do Juiz das Garantias sobre a fase preliminar da persecução penal .....	78
2.4 O contraditório e a ampla defesa: uma leitura à luz da Constituição Federal .....	82
2.4.1 O direito de defesa no inquérito policial como fase da persecução penal .....	90
2.5 O contraditório e a ampla defesa no inquérito policial pela perspectiva da investigação criminal defensiva .....	95
2.6 A investigação criminal defensiva como direito fundamental ao contraditório e a ampla defesa .....	102
<b>3 Investigação Criminal Defensiva: Direito Fundamental à Produção da Prova como Tutela dos Direitos Fundamentais.....</b>	<b>107</b>
3.1 O conceito de prova e sua finalidade na investigação criminal defensiva.....	107
3.2 A relação entre os sistemas de persecução penal e a gestão na produção da prova: condição <i>sine quan non</i> ao devido processo legal.....	111

3.2.1 A gestão da prova nos sistemas de persecução penal: sistema inquisitivo e contraditório .....	114
3.2.2 A prova no sistema de persecução adversarial.....	117
3.3 A cadeia de custódia da prova e seus reflexos no inquérito policial quanto às provas cautelares, irrepetíveis e antecipadas.....	121
3.4 A cadeia de custódia da prova no processo penal como direito fundamental à prova lícita .....	128
3.5 A cadeia de custódia como uma tecnologia para a modernização da investigação criminal.....	133
3.6 Direito fundamental à prova produzida pela investigação criminal defensiva.....	138
3.6.1 A prova ilícita obtida pela investigação criminal defensiva .....	144
3.6.2 A validade da prova produzida pela investigação criminal defensiva .....	147
<b>4 Investigação Criminal Defensiva: Limites e Possibilidades para Sua Concretização como Direito de Defesa em Busca da Paridade de Armas na Persecução Penal .....</b>	<b>151</b>
4.1 A investigação criminal defensiva no direito comparado .....	151
4.1.1 Noções sobre o sistema judiciário norte-americano .....	151
4.1.2 A gestão da prova no modelo norte-americano.....	153
4.1.3 <i>Plea bargain</i> : justiça penal negociada no sistema norte-americano .....	154
4.1.4 Noções gerais sobre o sistema legislativo italiano .....	157
4.1.5 O modelo italiano na gestão da prova na persecução penal .....	159
4.1.6 Aspectos práticos da investigação criminal no sistema italiano .....	160
4.2 A natureza jurídica da investigação criminal defensiva .....	162
4.3 Objetivos da investigação criminal defensiva na persecução penal.....	164
4.4 A investigação criminal defensiva como garantia constitucional ao direito de defesa .....	168